

RELATO E ANÁLISE POLÍTICA DOS FATOS QUE MARCARAM**O 29 DE ABRIL DE 2015, NO PARANÁ****Salete da Silva¹****Shalimar Calegari Zanatta²****RESUMO**

Este artigo visa sistematizar e analisar as causas/consequências do confronto ocorrido em 29 de abril de 2015, em Curitiba, Paraná, entre o governo do Estado e servidores, representados, principalmente, pelos professores, buscando relacionar o massacre ocorrido à forma como são pensadas e projetadas algumas políticas públicas em nosso Estado. Constatamos que as políticas neoliberais e as consequentes privatizações adotam a meritocracia como sua única forma de ascensão, sendo possível afirmar que os poucos que detêm o poder serão servidos pelos muitos marginalizados. Nesta dinâmica de construção social é preciso transgredir as regras e informar e formar cidadãos conscientes, capazes de perceber a dimensão e complexidade do processo que vem sendo instaurado.

Palavras-chave: Repressão no Paraná; Neoliberalismo; Educação.

RELATO Y ANÁLISIS POLÍTICA DE LOS HECHOS QUE MARCARON**EL 29 DE ABRIL DE 2015, EN PARANÁ****RESUMEN**

Esta investigación tiene por objeto sistematizar y analizar las causas/consecuencias del enfrentamiento ocurrido el 29 de abril de 2015, en Curitiba, Paraná, entre el gobierno del Estado y servidores, representados, principalmente por los profesores, buscando relacionar la masacre ocurrida a la forma en que son pensadas y proyectadas algunas políticas públicas en nuestro Estado. Constatamos que las políticas neoliberales y las consiguientes privatizaciones adoptan la meritocracia

¹ Mestrado em Ensino, na área de Formação Docente Interdisciplinar, pela UNESPAR/campus de Paranaíba; especialista em Ensino de Língua Inglesa. Professora da Rede Estadual de Educação Básica do Estado do Paraná. E-mail: salete.s@seed.pr.gov.br.

² Mestrado e doutorado na área de Física da Matéria Condensada; pós- doutorado pela Universidade Estadual de Maringá. Professora Adjunto D da Universidade Estadual do Paraná, Campus de Paranaíba. E-mail: shalicaza@yahoo.com.br

como su única forma de ascensión, siendo posible afirmar que los pocos que detienen el poder serán servidos por los muchos marginados. En esta dinámica de construcción social es preciso transgredir las reglas e informar y formar ciudadanos conscientes, capaces de percibir la dimensión y complejidad del proceso que viene siendo instaurado.

Palabras claves: La represión en el Paraná; Neoliberalismo; Educación.

Introdução

Conforme Hermes da Silva Leãoⁱ, atual presidente da APP – Sindicato dos Trabalhadores da Educação Pública do Paraná – associação com 70 anos de existência, há dois eventos que seguramente foram os mais violentos na história de lutas dos professores e funcionários públicos estaduais: o de 30 de agosto de 1988 e o de 29 de abril de 2015, episódios separados por 28 anos, que “[...] sob a vigência de constituições federais diferentes, surpreenderam pela violência usada pelas forças de repressão estatal” (LEÃO, 2016, p.12).

É a respeito dos acontecimentos mais recentes, envolvendo os servidores públicos do Paraná, os de 29 de abril de 2015, que iremos tratar neste artigo, sendo relevante apontar que entendemos que as lutas destes profissionais, assinaladas sempre pelo enfrentamento à cessação ou à não implementação de direitos, muitos deles constitucionais, vem determinando, ao longo das três últimas décadas, a necessidade de resistência permanente. Contudo, as pelejas desta categoria têm ficado à margem da narrativa oficial e, acerca disto, Leão (2016, p.11) menciona que a historiografia política do Estado do Paraná:

[...] apresenta uma identidade conservadora. A hegemonia criada a partir da união de famílias em torno do poder econômico, com a ocupação dos espaços políticos do Legislativo, no Executivo e também no Judiciário formata uma elite que, de geração em geração, sucede-se no poder. Em um estado no qual a alta concentração de renda tem gerado desigualdades sociais abissais, é possível identificar movimentos de forte resistência, cujos registros – desconhecidos pela maioria da população – são estrategicamente ignorados pela história oficial. A história do Paraná tem sido contada a partir dos poderosos [...].

Faz-se necessário, portanto, que seja oferecida, então, outra visão, aquela vista de baixo, vinda daqueles que participaram como protagonistas do confronto, não como comandantes das ações ou atuando nos tradicionais campos da política e da justiça, mas, que lá estiveram presentes como trabalhadores e cidadãos. Estes atores, ao lembrarem os fatos, apresentam uma visão apavorante da forte repressão estatal, amparada pela Justiça, do massacre previamente planejado, da certeza de que o estado democrático de direito e as suas instituições agonizam.

Em tempos em que a nossa jovem democracia se vê ameaçada por atentados aos direitos individuais e coletivos as ações do dia 29 de abril parecem ser o início do fim daquilo que conquistamos a duras penas: participação popular, controle democrático, instituições consolidadas (PEREIRA, 2016, p. 28).

É impossível para nós, hoje, antever quais serão as impressões das próximas gerações sobre os acontecimentos ocorridos em 29 de abril de 2015, no Estado do Paraná, que ficou conhecido como o dia do Massacre dos Professores. Todavia, é preciso criar condições para que, no futuro, seja possível a um historiador “[...] escovar a história a contrapelo” (BENJAMIN, 1987, p. 225), sem se dar por satisfeito apenas com as versões oficiais geradas pelo mecanismo do Estado e de seus pensadores tradicionais. E é justamente baseado neste fato que podemos apontar a relevância desta discussão.

Nesse sentido, como autoras deste trabalho também fomos protagonistas do episódio aqui descrito e analisado, uma vez que vivenciamos *in loco* toda a represália relatada, este artigo visa discutir as causas/consequências do confronto ocorrido em 29 de abril de 2015, durante a greve geral, entre o governo do Estado do Paraná, representado por Beto Richa, e os professores e demais servidores públicos estaduais, buscando compreender qual é a visão concebida pelo governador sobre a educação e os professores, apontando as supostas causas que o motivam a mobilizar ações de desvalorização destes profissionais.

Sendo assim, buscaremos responder a alguns questionamentos sobre o referido acontecimento: que fatos antecederam o confronto do dia 29 de abril de 2015 e que resultaram no referido massacre? O que estava em jogo? Por que o governador decidiu impor uma repressão tão violenta e desproporcional aos

servidores públicos? Que princípios norteiam as políticas públicas educacionais implementadas por Richa?

Para o desenvolvimento de nosso trabalho, optamos pela pesquisa qualitativa, exploratória, por meio de levantamento bibliográfico, utilizando meios escritos e eletrônicos, realizando a análise das notícias, dos relatos, das entrevistas e reportagens que circularam na época (antes, durante e após os fatos que marcaram o 29 de abril), por meio de jornais, redes de televisão, sites na internet, além de realizar a revisão bibliográfica da obra de Pereira e Allan (2016), organizadores do livro *29 de Abril: repressão e resistência*, uma narrativa elaborada a partir de relatos coletados de inúmeras vozes, que refletem “[...] a visão, o olhar e a vivência de professores e demais servidores públicos do Estado do Paraná” (PEREIRA, 2016, p.27). Na referida obra, os autores buscaram englobar os fatos jurídicos, políticos e econômicos, que envolveram as questões que foram desencadeadas no desenrolar dos quarenta dias de greve de 2015.

No decurso de nossas investigações, julgamos relevante para o trabalho discutir quais são as bases do neoliberalismo, ideologia que sustenta a sociedade capitalista contemporânea, buscando relacionar os fatos ocorridos à forma como são pensadas e projetadas algumas políticas educacionais neste sistema, no estado do Paraná. Nesse sentido, Chomski e Herman (1988), Gentili (1996), Aguiar (2003) e outras importantes referências foram utilizadas para fundamentar nossas idéias.

Os dados coletados foram avaliados de forma organizada, mas, intuitivamente, enfatizando o subjetivo, como meio de compreendê-los e interpretá-los, visando à análise das diversas posições e ideologias identificadas sobre a problemática em questão.

O Antes e o Depois da Reeleição de Richa

Carlos Alberto Richa se lançou à reeleição em outubro de 2014, congregando o apoio de 17 partidos e proclamando, durante sua campanha eleitoral, que as finanças do Estado do Paraná estavam saneadas, prometendo “melhorar a qualidade do ensino”, garantindo que “o melhor está por vir” e que “vai ter dinheiro

no caixa, porque nós saneamos as finanças”³. Com este discurso, ele venceu a eleição com 55% dos votos válidos.

No entanto, pouco tempo após sua reeleição, Richa anunciou que o Estado atravessava grave crise financeira e que seriam necessárias medidas de austeridade para enfrentá-la, o que o levou a propor, dentre outras ações, um pacote que incluía aumento de tarifas, reajuste do imposto sobre licenciamento de veículos em 40% e do imposto de circulação de 95 mil produtos⁴. As medidas propostas foram votadas e aprovadas na Assembleia Legislativa do Paraná (ALEP), em caráter de urgência, ainda no final de seu primeiro mandato, em 2014.

Após assumir seu segundo mandato, em 1º de janeiro de 2015, Richa atrasou o pagamento de compromissos do Estado, demitiu 29 mil professores com contratos temporários, sem pagar os valores devidos, deixando, inclusive, de quitar o terço de férias de todo o funcionalismo público estadual. O referido governador ainda entendeu que seria necessário fazer uma nova alteração no Regime Próprio da Previdência Social dos servidores.

Dando continuidade às suas ações políticas, no início de fevereiro de 2015, o governador encaminhou à ALEP mais um conjunto de medidas para aprovação⁵, visando equilibrar as contas do Estado, que foi batizado pelos paranaenses como “Pacotaço de Maldades”. Nele, o governador propunha a revogação de direitos estabelecidos na carreira dos servidores públicos e atacava o fundo previdenciário dos mesmos. A referida medida veio a público, no dia 4 de fevereiro de 2015.

O ponto central do “Pacotaço” era a Reforma Previdenciária, pois, por meio dela, o governador pretendia se apropriar de cerca de R\$ 8 bilhões do Fundo Previdenciário dos servidores públicos. O intento produziu inquietação no funcionalismo em relação ao cumprimento futuro do direito de receber suas aposentadorias, sendo que, com a aprovação do referido projeto de lei, tais vencimentos teriam seus valores limitados ao teto máximo de R\$ 4.600,00 (CALIL,

³ BETO Richa afirmando que o melhor está por vir. Entrevista com Beto Richa. Paraná TV. RPC - Rede Globo, Curitiba, PR. 11 fev. 2015. Vídeo enviado por SindSaúde-PR. 23 fev. 2015. Duração: 1’27”. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=48PfTL3u_KM>. Acesso em: 18 jul. 2016.

⁴ ALEP vota hoje pacote de medidas do governo do PR que prevê aumento de impostos. Brasil Urgente. TV Tarobá, Londrina, PR. 09 dez. 2014. Duração: 7’41”. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=5iRqhNYvxY0>>. Acesso em: 18 jul. 2016.

⁵ BETO Richa anuncia pacote de medidas para equilibrar contas do Estado. Brasil Urgente. TV Tarobá, Londrina, PR. 05 fev. 2015. Duração: 6’02”. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Agk7Qe7S15c>>. Acesso em: 01 nov. 2016.

2015, p.02). O próprio governo sugeriu que quem desejasse se aposentar recebendo valores superiores deveria pagar uma previdência complementar, por meio de uma fundação a ser criada.

O objetivo do governo era que as medidas fossem aprovadas por meio de um procedimento especial, em caráter de urgência, batizado popularmente de “tratoração”⁶. No entanto, os projetos em questão foram severamente criticados pela massa de servidores, em especial pelos professores, que estavam em “estado de greve”ⁱⁱⁱ, desde o ano de 2014.

Três dias depois que o “Pacotaço” veio a público, em 07 de fevereiro de 2015, mais de 10 mil professores e funcionários de escolas, reunidos no município de Guarapuava, região Central do Estado, realizaram uma assembleia geral⁷ da APP, decidindo pela greve. Docentes e funcionários das sete universidades estaduais do Paraná acataram a decisão da assembleia e, dias depois, também aderiram à greve.

No dia 10 de fevereiro, mais de vinte mil professores e servidores públicos se reuniram em manifestação de protesto em frente à ALEP, visto que naquele dia seria votado o “Pacotaço” de Richa. No final da tarde, manifestantes que estavam nas galerias, assistindo à sessão, revoltados com o andamento da votação, decidiram pela ocupação do Plenário⁸, pois tudo indicava a aprovação das medidas propostas pelo governador, uma vez que a maioria dos deputados se mantinha insensível aos gritos de protesto dos servidores, que vinham de dentro e de fora da ALEP, e aos discursos inflamados dos membros da oposição. Contudo, devido à tensão existente, e temendo pela segurança dos deputados (da bancada governista), o presidente da ALEP, deputado estadual Ademar Traiano, suspendeu a sessão.

No dia 13 de fevereiro de 2015, devido ao plenário ainda estar ocupado e à presença de milhares de manifestantes em frente à ALEP, os deputados da bancada

⁶ TRATORAÇÃO da Alep (Reportagem). Paraná TV. RPC - Rede Globo, Curitiba, PR. Enviado por Cesinha Ricardo Neves. 11 março 2015. Duração: 1’02”. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=xPgGe7I9LY8>>. Acesso em: 01 nov. 2016.

⁷ SOUZA, Alencar. Em Assembleia Histórica, mais de 10 mil professores aprovam a greve por tempo indeterminado (Reportagem). 07 fev. 2015. Duração: 16’16”. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=qNMb3I-z0Bs>>. Acesso em: 01 nov. 2016.

⁸ INVASÃO ao plenário da Assembleia do Paraná em Curitiba. Sem Cortes - Beto Richa (Reportagem). Gazeta do Povo. Imagens: Alison Martins. Enviado por: Liberdade. 10 fev. 2015. Duração: 8’03”. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=KFF1hCCd6Ts>>. Acesso em: 18 jul. 2016.

governista (ampla maioria), cumprindo as orientações do Secretário de Segurança Pública do Paraná, Fernando Francischini, chegaram ao local dentro de um blindado da Polícia de Choque, conhecido como “Caveirão”⁹, com a intenção de realizar a sessão nas instalações do restaurante da assembleia. O traslado dos deputados dentro do referido veículo foi objeto de imediata ridicularização pública, com repercussão nacional e internacional. Devido ao contexto de forte mobilização e revolta popular, os deputados, aliados do governo, sentiram-se acuados. Dessa forma, temendo pela segurança dos parlamentares, Traiano concordou com a retirada do “Pacotaço” de Richa¹⁰. Apesar desta vitória, a greve continuou.

Diante dos acontecimentos, em uma de suas entrevistas, Richa, ao falar sobre a greve dos servidores, apresentou-se como um governador do diálogo, afirmando que não podia atender aos professores em tudo o que eles “solicitavam”, porque tinha que atender a todo o Estado¹¹. Observamos, portanto, o governador usando de seu discurso para tentar colocar a população contra os servidores, sendo que, ao discorrer sobre a ocupação do plenário da ALEP, ele se referiu aos que ali adentraram como sendo “baderneiros”.

Em outro pronunciamento, Richa afirmou que a culpa da crise no estado do Paraná era de seu antecessor, o ex-governador Requião (gestão 2003-2010), e que os servidores mantinham uma greve infundada, solicitando aumento salarial descabido naquele momento, motivados por um “braço” sindical do PT¹². Tornou-se evidente para os professores que a tática utilizada pelo governador era para não atender às reivindicações da categoria que, na verdade, apenas exigia a manutenção de seus direitos, conquistados ao longo de muitos anos de lutas. De

⁹ FRANCISCO Francischini foge dos professores (Reportagem). Paraná TV. RPC - Rede Globo, Curitiba, PR. Imagens: Duvon e Zir Gonçalves. Enviado por: Eu curto Curitiba. 13 fev. 2015. Duração: 4'00". Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=l2n5TNLpgBI>>. Acesso em: 01 nov. 2016.

¹⁰ BETO Richa fala sobre crise no Paraná – Jornal Tarobá. TV Tarobá, Cascavel, PR. Reportagem: Alan Medeiros. Imagens: Gabriel Halama. 13 fev. 2015. Duração: 6'37". Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=TCgvt6qypTU>>. Acesso em: 02 nov. 2016.

¹¹ BETO Richa fala sobre a greve dos servidores do Estado do Paraná (Entrevista). Paraná TV. RPC - Rede Globo, Curitiba, PR. Enviado por: Dinuel Fernandes de Campos. 12 fev. 2015. Duração: 3'19". Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=WF0CdS5_EY0>. Acesso em: 06 out. 2016.

¹² BETO Richa fala a TVeja - PARTE 1. Veja.com – Direto ao Ponto. Joice Hasselmann entrevista Beto Richa. Enviado por: Boca Maldita. 27 março 2015. Duração: 28'32". Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=7Yxj8DN1xOk>>. Acesso em: 01 nov. 2016.

fato, Richa tentou justificar as mazelas de seu governo erigindo-se como vítima, ao sugerir que os professores estavam sendo manipulados por forças sindicais.

No dia 9 de março, depois de 29 dias de greve e de fortes manifestações por todo o Estado, os professores e funcionários das escolas públicas encerraram o movimento, obtendo como saldo das negociações:

[...] a retirada de parte dos ataques impostos por Richa e a garantia de que a previdência dos servidores não seria tocada. Na mesma semana, o governo comprometeu-se, também, com os docentes das universidades em greve a revogar o decreto que instituía uma comissão para elaborar o projeto de “autonomia financeira”, e descartava “a hipótese de extinção do fundo previdenciário”, garantindo que “os recursos seriam utilizados exclusivamente para o pagamento de aposentadorias e pensões, garantida a sustentabilidade financeira”. Com base neste Termo de Acordo, as universidades também suspenderam a greve (CALIL, 2015, p.02-03).

No entanto, o período de trégua foi curto, pois, no mês seguinte, o governador enviou uma nova proposta de alteração no Regime Próprio da Previdência Social, por meio do Projeto de Lei nº 251/2015, também sem a adequada discussão e reflexão pela sociedade e com o conteúdo muito semelhante ao anterior. Dessa vez, ao invés de propor se apropriar de uma vez dos R\$ 8 bilhões, na nova versão do Projeto, o governo pretendia se apropriar dos recursos gradativamente, por meio de uma operação engenhosa: a transferência de 33 mil servidores que se aposentaram antes da constituição do Fundo Previdenciário, e que, portanto, deveriam ter suas aposentadorias pagas pelo caixa do governo. Calil (2015, p.03) menciona que:

Esta transferência (retroativa a janeiro de 2015), eufemisticamente chamada de “segregação de massas”, causaria um prejuízo de R\$ 143 milhões por mês ao Fundo Previdenciário. Até o final do governo Richa seriam mais de R\$ 7 bilhões de prejuízo, inviabilizando a sustentabilidade do Fundo Previdenciário.

Com esta medida desonrosa, o governador descumpria o tratado firmado com os servidores públicos e, em resposta à sua ação, a categoria se reuniu para uma nova assembleia, realizada em Londrina, no dia 25 de abril, decidindo pela retomada da greve, a partir do dia 27 de abril¹³. Esta decisão contou com a adesão de

¹³ PROFESSORES do Paraná retomam greve a partir de segunda-feira (Reportagem). RIT Notícias. 27 abr. 2015. Duração: 0'48". Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ra0bVHDzZow>>. Acesso em: 04 nov. 2016.

professores e funcionários das escolas, docentes e técnicos das universidades, agentes penitenciários e servidores da saúde.

O Dia do Massacre

Enquanto os professores e funcionários de escola votavam pela retomada da greve, o governador já colocava em prática ações que visavam não apenas impedir uma nova ocupação da assembleia, como, também, intimidar e limitar as manifestações populares no entorno da ALEP.

No dia 24 de abril de 2015, sexta-feira, o juiz estadual Eduardo Lourenço Bana analisou o pedido de liminar da Assembleia Legislativa do Paraná (ALEP), concedendo interdito proibitório para impedir os trabalhadores da educação de ter acesso à Casa, assegurando o uso de força policial para cumprimento da decisão e impondo uma multa diária de R\$10.000,00 em caso de esbulho ou turbação da posse da Assembleia, e conversão do interdito em reintegração de posse (PEREIRA, 2016, p. 29).

Em cumplicidade com o secretário de segurança Francischini, Richa se antecipou às ações dos servidores, pois, mesmo antes da realização da assembleia, onde se decidiu pela retomada da greve (25 de abril), medidas já estavam sendo planejadas, considerando os protestos que seriam realizados na semana da votação e as estratégias que poderiam ser utilizadas pela APP, no sentido de tentar impedir a aprovação do projeto. Mencionando Pereira (2016, p.29), este nos relata que:

Por ordem do Governo do Estado, foi mobilizado um corpo de 1.200 policiais (entre cerca de 15.000 homens do contingente total), incluindo os que foram deslocados do interior do estado, que ficaram de prontidão para assegurar o retorno normal dos trabalhos da ALEP, a partir de segunda-feira [27 de abril de 2015]. Entre os policiais deslocados, destaque para o Batalhão de Fronteira, que lá é mantido com recursos federais, para patrulhar as bordas do País, e membros da Polícia Ambiental.

De acordo com Calil (2015, p.03), desde o sábado, dia 25 de abril, já estava sendo montada a maior operação policial da história do Paraná, envolvendo grande contingente de policiais militares, trazidos de todo o Estado, contando com a tropa de choque, Batalhão de Operações Especiais, cães adestrados (inclusive pitbulls),

que colaboravam para formar um cerco à ALEP. Garcia et al. (2015, p.01) relatou que este contingente ainda incluía:

O regimento de polícia montada, Patrulha Escolar, ajudantes de ordem que trabalham na segurança de autoridades, alunos da Academia do Guatupê, policiais da Força Ambiental e do Departamento de Apoio Logístico da PM [...] agentes da Ronda Ostensiva Tático Motorizadas (Rotam) [...] No total, [...] 1.120 policiais, diariamente, em quatro turnos [...].

Conforme Pereira (2016, p.29-34), o que se verificou de 27 a 28 de abril de 2015, dias que antecederam o dia conhecido como o dia do massacre, foi o crescimento do contingente de policial e do aparelho bélico, de forma assustadora:

[...] a montagem de uma máquina de guerra composta por carros de tropa de choque (dois dispersores de multidão, capazes de lançar água, e veículos blindados, apelidados de *Caveirão*, além de três caminhões de transporte de tropas) e policiais com cães que passeavam na rampa da ALEP, além dos que já faziam o cerco, montando grades em torno da assembleia.

Bombas de gás lacrimogêneo, spray de pimenta e balas de borracha também foram utilizados pelos policiais em grande quantidade, para impedir que os manifestantes conseguissem furar o cerco e acampassem nos arredores da ALEP. O massacre se anunciava, mas, nada deteve as propostas neoliberais do governador do Paraná. Confirmando tal ideia, Santos (2015, p.254-255) alega que:

Nos prédios dos Poderes Executivos e Legislativo era possível avistar policiais e franco-atiradores, que se posicionaram para o ataque, como em uma tática de guerra, ilustrando um questionável entrelaçamento entre os Poderes. Caminhões de som de sindicatos foram avariados por policiais e tiveram chaves tomadas por estes, em arroubos totalitários que transformaram em pó a Convenção 87 da OITⁱⁱⁱ, de proteção da liberdade sindical, da qual o Brasil é signatário. Mesmo o acesso e a permanência de manifestantes em vias e praças no entorno da ALEP, sobre as quais não incidiam os efeitos do interdito proibitório, foram reprimidos com força absolutamente desproporcional (SANTOS, 2015, p.254-255).

Conforme Santos (2016, p.261), “Mais de duzentas pessoas ficaram feridas durante a manifestação, incluindo idosos e portadores de necessidades especiais”. Quando Santos (2016, p.261-262) se refere ao massacre como ação “[...] que periclitou a vida e a saúde de muitas pessoas, até mesmo as sequer envolvidas na manifestação [...]”, não há como não se lembrar das imagens exibidas à saída de

uma creche, nas proximidades do centro cívico, de onde aparecem mães, que foram buscar seus filhos às pressas, apavoradas pelo que poderia ocorrer a eles, e crianças chorando, com medo do forte barulho dos disparos e das explosões¹⁴.

Gozzi (2016, p.04) relata que as informações constantes em um ofício entregue pela Polícia Militar ao Ministério Público de Contas do Paraná, quase um mês depois, além de nos oferecer uma visão da proporção do massacre que ocorreu, ainda é capaz de nos revelar como o governo se preparou para uma intervenção, que já anunciava que terminaria em violência.

A ação daquele 29 de abril contou com a participação de 1.661 policiais – 15% do contingente da PM de todo o estado concentrara-se ali. Não faltam relatos de que criminosos aproveitaram para fazer festa em diversas cidades do interior. Os policiais dispararam contra professores, alunos, servidores públicos e outros manifestantes um total de 2.323 balas de aço revestidas por borracha, 1.094 granadas de "efeito moral" e 300 bombas de gás lacrimogêneo. Uma bomba a cada 24 segundos, nove granadas por minuto e um tiro de bala de borracha a cada três segundos (GOZZI, 2016, p.04).

Ainda em consonância com o autor, parte do material bélico foi lançado de um helicóptero da polícia, que sobrevoou, a baixa altitude, a praça Nossa Senhora de Salete, onde estava a maior concentração de grevistas. “As despesas diretas do governo com a operação totalizaram quase R\$ 1 milhão. O dado leva em conta apenas as munições empregadas na ação e as diárias extras pagas aos policiais deslocados do interior [...]” (GOZZI, 2016, p.04).

E foi nesse contexto que se seguiram os trágicos eventos noticiados pela mídia, no dia 29 de abril de 2015, enquanto deputados da base aliada do governo aprovavam o PL 252, por 31 votos favoráveis, 20 contrários e duas abstenções; tudo em tempo recorde e tom de desdém ao que acontecia lá fora. O massacre dos professores e servidores públicos, planejado por Richa e o secretário de segurança Francischini, foi bem sucedido, pois a legislação da Paraná Previdência foi alterada, permitindo ao governador que retirasse do Fundo Previdenciário cerca de R\$ 142 milhões por mês, do dinheiro das contribuições do funcionalismo estadual.

¹⁴ RESUMO Governo do Paraná x professores. Paraná TV. RPC - Rede Globo, Curitiba, PR. Enviado por: Cristina Célia. 30 abr. 2015. Duração: 5'47". Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=m3_nAsAkLb4>. Acesso em: 10 nov. 2016.

O Projeto Oculto do Neoliberalismo

Buscando definir o neoliberalismo, Aguiar (2003, p.01) indica que este deve ser visto como uma ideologia, que vem sendo difundida com maior intensidade a partir da crise capitalista de 1970, tornando-se dominante em um período em que os Estados Unidos da América mantêm a hegemonia exclusiva no planeta. Ainda de acordo com a autora, trata-se de um projeto “[...] que procura responder à crise do estado nacional ocasionada de interligação crescente das economias das nações industrializadas por meio do comércio e das novas tecnologias”.

Ao tratar deste assunto, Gentili (1996) aponta que é fundamental compreender, teoricamente e politicamente, que o neoliberalismo é um complexo processo de construção hegemônica, que se utiliza de um plano de poder, pelo qual se aplicam significados duplamente articulados:

Por um lado, trata-se de uma alternativa de poder extremamente vigorosa constituída por uma série de estratégias políticas, econômicas e jurídicas orientadas para encontrar uma saída dominante para a crise capitalista [...]. Por outro lado, ela expressa e sintetiza um ambicioso projeto de reforma ideológica de nossas sociedades a construção e a difusão de um novo senso comum que fornece coerência, sentido e uma pretensa legitimidade às propostas de reforma impulsionadas pelo bloco dominante (GENTILI, 1996, p.01).

Na visão de Aguiar (2003, p.01), faz parte da proposta do neoliberalismo uma mudança na função delegada ao Estado, pela qual “[...] o mercado deveria substituir a política, o monetarismo substituiria o Keynesianismo^{iv} e, portanto, o Estado mínimo deveria suceder o Estado de Bem Estar”. Segundo a mesma autora, “[...] esta ideologia promete devolver ao indivíduo [...] o poder de decisão econômica e social, garantiria a eficácia das instituições públicas desgastadas pelo Estado de Bem Estar” (AGUIAR, 2003, p.01).

Com o argumento da necessidade de enfrentamento da crise, o neoliberalismo definiu algumas estratégias para solucioná-la, sendo que uma delas é adotar a privatização dos setores públicos. Conforme Aguiar (2003, p.01), a execução desta tática, “[...] teoricamente, diminui os gastos do Estado e incentiva a livre competição do mercado”.

Outra estratégia do neoliberalismo se refere à utilização dos meios de comunicação como “aliados” na implementação da sua respectiva ideologia, cabendo a eles a tarefa de difundir e enfatizar as noções de privatização, que deverão atestar:

[...] a ineficiência e a insuficiência dos setores públicos [...] comparados ao sucesso da iniciativa privada, e que o déficit público é resultado do favorecimento da própria iniciativa privada. A política privatista é assim justificada como necessária para que se alcance a eficiência da máquina administrativa do Estado, a diminuição do déficit e a democracia (AGUIAR, 2003, p.01).

A respeito do uso das propagandas pelas instituições políticas, em uma de suas frases de efeito, Chomsky e Herman (1988 apud Kanso, 2013, p.01) apontam que “[...] a propaganda representa para a democracia aquilo que o cacete (ou repressão da polícia política) significa para o estado totalitário”. Dessa forma, a mídia:

[...] é capaz de criar um consenso entre a elite da sociedade sobre os assuntos de interesse público estruturando esse debate em uma aparência de consentimento democrático que atendem aos interesses dessa mesma elite. Isso ocorrendo sempre às custas da sociedade como um todo (CHOMSKI; HERMAN, 1988 apud KANSO, 2013, p.02).

Ainda analisando as táticas aplicadas pelo neoliberalismo, Aguiar (2003, p.01) afirma que: “Outra estratégia importante [...] é a retirada do governo das decisões econômicas, garantindo os interesses dos setores privados da economia”. Da mesma forma a autora revela que dentre as metas de privatização figuram “[...] a diminuição dos quadros da administração pública e a eliminação dos privilégios do funcionalismo. A privatização estende-se também a empresas estatais que prestam serviços básicos, tais como saúde, previdência social, transportes e etc.” (AGUIAR, 2003, p. 01).

É importante mencionar que o neoliberalismo tem acarretado consequências graves para a sociedade, criando conflitos específicos, como a elevação do número de desempregados, o ódio às mulheres, aos imigrantes e até mesmo a cidadãos de características semelhantes. Tudo isso devido ao acirramento da competição promovida e provocada pelo próprio sistema de poder capitalista (GENTILI, 1996).

Não basta entendermos a retórica do neoliberalismo, pois, apenas isto não será suficiente para impedir a força de seu discurso e que este continue se

propagando. Contudo, esta compreensão pode nos conduzir na busca de desenvolvermos melhores estratégias de resistência e luta, visando confrontar as intensas dinâmicas de exclusão social, incrementadas por tais políticas.

Neoliberalismo e Educação

Discorrendo sobre o neoliberalismo, Gentili (1996, p.04) aponta que, nesta perspectiva, o que ocorre com a Educação e suas instituições é uma improdutividade, gerada por práticas pedagógicas ineficientes dos professores e má gestão administrativa por parte dos diretores, que são os responsáveis por gerenciar os estabelecimentos de ensino público, sendo que a improdutividade destes agentes é a causadora dos diversos problemas concebidos na escola.

Em conformidade com o neoliberalismo, é preciso haver a concorrência, pois a educação é um produto a ser vendido. Percebemos, a partir desta visão, a concepção produtivista e economicista, que é fruto deste projeto (GENTILI, 1996, p.05). Diante desse contexto, o que se pode constatar é que a crise da escola pública está se desenvolvendo a partir de um projeto do sistema capitalista que, de forma cada vez mais explícita, assume a condição de instrumento da acumulação privada de capital para justificar o desmonte, consciente e deliberado, do ensino público e, por conseguinte, da educação como direito de todos.

[...] as instituições escolares devem funcionar como empresas produtoras de serviços educacionais. A interferência estatal não pode questionar o direito de livre escolha que os *consumidores de educação* devem realizar no mercado escolar. Apenas um conglomerado de instituições com essas características pode obter níveis de eficiência baseados na competição e no mérito individual (GENTILI, 1996, p.10).

Conforme Andrioli (2002, p.03-04), a interferência do grande capital nas políticas educacionais dos países desfavorecidos reflete resultados imediatos, que podem ser assim resumidos:

a) garantir governabilidade e segurança nos países “perdedores”; b) quebrar a inércia que mantém o atraso nos países do chamado “Terceiro Mundo”; c) construir um caráter internacionalista das políticas públicas com a ação direta e o controle dos Estados Unidos; d) estabelecer um corte significativo

na produção do conhecimento nesses países; e) incentivar a exclusão de disciplinas científicas, priorizando o ensino elementar e profissionalizante.

Em relação a este pensamento, é óbvio que parte do resultado que é aguardado por aqueles que direcionam as políticas educacionais, de forma coletiva, corre o risco de fracassar, pois o êxito dele depende, diretamente, do consentimento, ou não, de dirigentes de políticas locais e, especialmente, dos professores para a sua obtenção. A respeito desta ideia, Andrioli (2002, p.03) indica que:

A interferência de oposições locais ao projeto neoliberal na educação é o que de mais decisivo se possui na atual conjuntura em termos de resistência e, se a crítica for consistente, este será um passo significativo em direção à construção de um outro rumo, apesar do “massacre ideológico” a que os trabalhadores têm sido submetidos durante a última década.

Diante de tais considerações, podemos afirmar que, apesar das estratégias coercitivas violentas e das manobras inconstitucionais do governador do Paraná, bem como de seus esforços para fomentar uma educação voltada para o mercado capitalista, os professores, como categoria de profissionais, têm confrontado as suas ações, apresentando resistência às atuais formas de dominação e repressão neoliberal.

As “Marcas” de um Governo Neoliberal

Em se tratando dos professores e funcionários de escola do Estado do Paraná e as medidas inconstitucionais e de desvalorização da categoria, que têm sido propostas pelo governador, os servidores têm representado uma forte oposição para que os projetos neoliberais não sejam levados adiante. Tais profissionais se tornaram, nacionalmente, um referencial de luta e resistência ao protestarem, buscando defender seus direitos no dia 29 de abril de 2015.

Os atos e escolhas de Richa (PSDB) vão deixando marcas em seu governo, que são muito parecidas com as de outros governadores, em outros Estados brasileiros, tal como Geraldo Alckmin (PSDB), em São Paulo, e Marconi Perillo (PSDB), em Goiás. Em consonância com Alves (2016, p.53), “Ao desprezar os

reclamos populares e utilizar aparatos de repressão policial militar contra os servidores do estado, o governador expôs o que é visceral no Estado neoliberal: o ódio de classe contra os trabalhadores públicos”.

Ao analisar as estratégias aplicadas por Richa e seu Secretário da Fazenda, Mauro Ricardo Costa, na administração de nosso Estado, Gozzi (2015, p.04) observa que:

O que acontece no Paraná é o modelo do que os tucanos gostariam de ter implementado em Brasília se o Aécio Neves tivesse ganhado as eleições. Ele tem a mesma origem do Beto Richa. É alguém que vem do nepotismo, alguém que teve uma trajetória nos privilégios do Estado, alguém que nunca trabalhou no sentido que conhecemos como experiência empresarial ou concurso público, alguém que já nasceu no tapete do poder e tem esse comportamento na vida pessoal e na vida política, ligado a isso que nós denominamos nepotismo estrutural (GOZZI, 2015, p.04).

Segundo Gouveia (2016, p.02), “Em terra de tucano, lugar de estudante é atrás das grades” e professor deve ser tratado na porrada, indicando, em sua percepção, que o modelo tucano de governar consiste em “[...] Tiro, porrada e extermínio da educação” (GOUVEIA, 2016, p.02).

Mais de dois anos após o ocorrido, devido à blindagem da Justiça que, nesse caso, realmente preferiu se fazer de cega, Richa ainda não foi criminalizado pelas atrocidades que cometeu. No que se refere ao amparo da esfera jurídica às ações do governador, Rocha (2016, p.01) resumiu bem o cenário que envolve o que vem ocorrendo no Paraná, atualmente:

Quando a justiça começa a ter cara e sobrenome, quando o caráter impessoal e, por conseguinte, neutro, dá lugar a atitudes egocentricamente pueris, quando há, como representação dessa justiça, a personificação do super-homem com direito a pega-rapaz, é porque o que menos se pode esperar dela é justamente o que a nomeou.

Quanto à mídia, no que se refere aos acontecimentos do dia 29 de abril de 2015, no calor dos acontecimentos, observamos, em um primeiro momento, as redes de televisão dando bastante voz aos grevistas, exibindo matérias favoráveis ao movimento, com a entrada de repórteres trazendo informações ao vivo, exibindo imagens do confronto, aliadas a comentários de indignação e denúncia. Gozzi (2016, p.03) relata que:

As cenas registradas eram fortes. Nenhum dos noticiosos televisivos transmitidos em rede nacional na noite de 29 de abril de 2015 teve como se

omitir. A repressão rapidamente ocupou lugar de destaque nas capas dos sites dos principais veículos de comunicação nacionais e internacionais.

No entanto, depois que se passaram alguns dias após o massacre do centro cívico, o discurso veiculado pela mídia se mostrou bem ao contrário dos iniciais, criticando a conduta dos trabalhadores, que interromperam atividades essenciais para as crianças e os jovens, para deflagrarem uma greve que estava sendo apontada pelo governo como ilegal e imoral. Sobre isto, Gozzi (2016, p.04) revela que:

Nos dias que se seguiram ao massacre, uma campanha veiculada pelo governo custou aos cofres paranaenses R\$ 2,7 milhões, sendo que a RPC, afiliada local da Rede Globo, ficou com nada menos que R\$ 1,2 milhão (44,4%). Ou seja, o governo que se propunha a impor perdas aos servidores, a pretexto de reduzir despesas, gastou quase R\$ 4 milhões em algumas horas de repressão e numa campanha de publicidade destinada a justificá-las.

As cenas de terror ocorridas no Centro Cívico, na referida data, “[...] são exemplos do uso político da polícia e do esfacelamento das três esferas do poder público [...] das quais é possível inferir as marcas e as diretrizes de um Estado: a educação, a saúde e a polícia” (SÁ, 2015, p.01). Ainda na visão da autora, é possível perceber que, mesmo com a instituição da democracia, não houve ainda o abandono do militarismo, nem da violência formal e da transgressão de direitos (SÁ, 2015, p.03-04).

Calil (2015, p.05-06) atesta que:

[...] a perpetuação deste massacre parece evidenciar que a imposição de contrarreformas neoliberais já não pode se dar através da manipulação e da produção de consenso: não é mais possível neutralizar as crescentes resistências populares sem recorrer à repressão em larga escala, típica de uma democracia de baixa intensidade.

Se pudéssemos resumir os planos do governador, no que concerne a educação e aos professores, em uma tentativa de fazer analogia, assim seria nossa síntese: para a Educação, que venham as planilhas de Mauro Ricardo. Quanto aos professores e servidores da rede pública? Que sejam tratados à bala.

Para concluir, gostaríamos que o leitor refletisse sobre o papel da política, buscando responder a alguns questionamentos, como reflexão pessoal: Qual é a

essência da política? O que é fazer política? Para que e por que a população paga impostos para manter os três poderes? Quem está a serviço de quem? É lícito a um funcionário do povo, pago por ele, não atender seus interesses e usar os recursos desse mesmo povo para intimidá-lo? Qual o papel da mídia no meio disso tudo? Quais as fontes de informação que merecem nossa confiança?

Considerações Finais

As discussões estabelecidas neste artigo devem nos servir como alerta, para que nossos olhos e ouvidos estejam atentos ao discurso dissimulado do neoliberalismo, que tenta, gradativamente, difundir seus princípios privatizantes na gestão dos setores públicos, nem que para isto o consenso seja esquecido e a força e a coerção prevaleçam. Em nossa visão, o governador do Paraná busca veicular, de forma velada, a ideia de que a Educação será melhor quando for privatizada; as escolas forem consideradas empresas de livre concorrência e os alunos forem vistos como clientes.

No caso do massacre autorizado por Richa, tornou-se evidente que, em sua concepção, os professores deveriam se prestar ao papel de serem os principais disseminadores de sua política neoliberal, não importando se os resultados de sua implementação serão cada vez mais excludentes e elitistas e se as desigualdades já existentes se agravarão.

Segundo o discurso do governador, “o melhor está por vir”; no entanto, devemos nos perguntar: para quem o amanhã será melhor? As políticas neoliberais e as consequentes privatizações adotam a meritocracia como sua única forma de ascensão, sendo possível afirmar que os poucos que detêm o poder serão servidos pelos muitos marginalizados, que estão sendo oprimidos.

Nesta dinâmica de construção social formar cidadãos conscientes é um ato perigoso, inconveniente e imperdoável. Entretanto, em meio ao ápice desta guerra que vem se desenvolvendo, que se resume na luta velada pelo poder, cabe a nós, da classe trabalhadora, transgredir as regras e informar e formar cidadãos conscientes, capazes de perceber a dimensão e complexidade do processo que vem

sendo instaurado. Esta conscientização representa o primeiro passo rumo a qualquer movimento de transformação.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, L. S. 2003. **Neoliberalismo, qualidade total e educação**. Universidade de Santiago de Compostela: Fírgoa Universidade Pública, pp.01-07. Disponível em: <<http://firgoa.usc.es/drupal/node/3038>>. Acesso em: 03 nov. 2016.

ALVES, G. As Raízes Autocráticas do Estado Brasileiro – Estado Neoliberal e a Nova Face da Autocracia Política No Brasil (p.53-82). In: PEREIRA, L.F.L.; ALLAN, N.A. (orgs). 2016. **29 de abril: repressão e resistência**. Bauru: Canal 6, Projeto Editorial Praxis.

ANDRIOLI, A. I. 2003. **As Políticas Educacionais no Contexto do Neoliberalismo**. Universidade de Santiago de Compostela: Fírgoa Universidade Pública, pp. 01-04. Disponível em: <<http://firgoa.usc.es/drupal/node/6389>>. Acesso em: 10 nov. 2016.

BENJAMIN. W. 1987. **Magia e Técnica, Arte e Política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. Obras escolhidas, v. 1. São Paulo: Brasiliense.

CALIL, G. 2015. Paraná: genealogia de um massacre. **Carta Maior**. Disponível em: <<http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Movimentos-Sociais/Parana-genealogia-de-um-massacre-/2/33411>>. Acesso em: 10 set. 2016.

CHOMSKI, A. N.; HERMAN, E. S. 1988. A Manipulação do Público. In: KANSO, M. A. Manipulação da opinião pública através da mídia. **Hypescience**. Publicado em: 25 nov. 2013. Disponível em: <<http://hypescience.com/manipulacao-da-opinioao-publica-atraves-da-midia-segundo-chomsky/>> Acesso em: 02 ago. 2015.

GARCIA, E. L.; RIBEIRO, D.; GALINDO, R. W.; BATISTA, R. Publicado em 25 abr. 2015. Governo convoca mais de mil policiais para cercar Centro Cívico. **Gazeta do Povo**.

Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/governo-convoca-mais-de-mil-policiais-para-cercar-centro-civico-ci4hpnatnxho0uonhdiu9zz78>>.

Acesso em: 16 nov. 2016.

GENTILI, P. Neoliberalismo e educação: manual do usuário. In: SILVA, T. T.; GENTILI, P. (Orgs.). 1996. **Escola S.A.**: quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo, pp. 01-16. Disponível em: <<https://barricadasabremcaminhos.files.wordpress.com/2010/06/neoliberalismo-e-educacao.pdf>>. Acesso em: 02 ago. 2015.

GOUVEIA, L. 2016. Modelo tucano de governar: tiro, porrada e extermínio da educação. **Portal Vermelho**. Disponível em: <<http://www.vermelho.org.br/noticia/276670-8>>. Acesso em: 12 nov. 2016.

GOZZI, R. 2015. Greve à Vista. **Rede Brasil Atual**. Disponível em: <<http://www.redebrasilatual.com.br/politica/2015/05/governo-do-parana-e-negocio-de-poucas-familias-diz-professor-3240.html>>. Acesso em: 10 nov. 2016.

GOZZI, R. 2016. O PSDB e a Educação: um ano depois do Massacre de Curitiba, Beto Richa segue impune. **Rede Brasil Atual**. Disponível em: <<http://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2016/04/um-ano-depois-do-massacre-de-curitiba-beto-richa-segue-impune-4671.html>>. Acesso em: 15 nov. 2016.

KANSO, M. A. Manipulação da opinião pública através da mídia. **Hypescience**. Publicado em: 25 nov. 2013. Disponível em: <<http://hypescience.com/manipulacao-da-opinio-publica-atraves-da-midia-segundo-chomsky/>> Acesso em: 02 ago. 2015.

LEÃO, H. S. Prefácio (p.11-13). In: PEREIRA, L. F. L.; ALLAN, N. A. (orgs). 2016. **29 de abril**: repressão e resistência. Bauru: Canal 6, Projeto Editorial Praxis.

PEREIRA, L. F. L.; ALLAN, N. A. (orgs). 2016. **29 de abril**: repressão e resistência. Bauru: Canal 6, Projeto Editorial Praxis.

PEREIRA, L. F. L. O Retorno da Narrativa e do Acontecimento: o 29/04 sob o olhar da historiografia (p.15-39). In: PEREIRA, L. F. L.; ALLAN, N. A. (orgs). 2016. **29 de abril**: repressão e resistência. Bauru: Canal 6, Projeto Editorial Praxis.

SÁ, P. P. 2015. Massacre de 29 de abril de 2015: Exceção no Estado do Paraná ou Paraná como estado de Exceção? **Empório do Direito**. Disponível em: <<http://emporiiododireito.com.br/massacre-de-29-de-abril-de-2015-excecao-no-estado-do-parana-ou-parana-como-estado-de-excecao-por-priscilla-placha-sa/>> Acesso em: 30 ago. 2016.

SANTOS, A. F. Anexo 3.1 – Ação Indenizatória Movida pela APP - Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública no Estado do Paraná – Petição Inicial (p.247-274). In: PEREIRA, L. F. L.; ALLAN, N. A. (orgs). 2016. **29 de abril**: repressão e resistência. Bauru: Canal 6, Projeto Editorial Praxis.

NOTAS

ⁱ Atual presidente da APP Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná, Hermes Silva Leão é lotado em Apucarana, como professor e pedagogo. Está no ensino público há 23 anos e há 8 está na direção estadual da APP. Foi diretor da Escola Estadual Professor Francisco Antonio de Sousa, em Apucarana. Dirigiu o Núcleo Sindical de Apucarana (1999 a 2002) e, com a direção, esteve no comando da greve geral em 2000. De 2002 a 2007 atuou como Secretário de

Organização da Direção Estadual da APP. Retornou à direção da entidade em 2011, onde está até à atualidade.

ii A expressão “se encontra em estado de greve” é um alerta, um aviso para uma possível paralisação. SIGNIFICADOS. Conteúdo disponível em: <<https://www.significados.com.br/greve/>>. Acesso em: 08 nov. 2016.

iii A Convenção nº. 87, da Organização Internacional do Trabalho, da qual o Brasil é signatário, trata da Liberdade Sindical e Proteção ao Direito de Sindicalização. Documento disponível em: <<http://www.oitbrasil.org.br/content/liberdade-sindical-e-prote%C3%A7%C3%A3o-ao-direito-de-sindicaliza%C3%A7%C3%A3o>>. Acesso em: 02 out. 2016.

iv O termo se refere ao economista inglês John Maynard Keynes, que em sua obra *General theory of employment, interest and money*, buscou racionalizar uma nova organização político-econômica, oposta às concepções neoliberais, fundamentada na afirmação do Estado como agente indispensável de controle da economia. Disponível em: <<http://www.egov.ufsc.br/portal/conteudo/o-advento-do-neoliberalismo-no-brasil-e-osimpactos-nas-rela%C3%A7%C3%B5es-de-trabalho>>. Acesso em: 14 nov. 2016